

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICA GERAL

RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 45/XII – “PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2023” E N.º 46/XII – “ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2023”

7 DE NOVEMBRO DE 2022



INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Política Geral reuniu no dia 4 de novembro de 2022, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial, e ainda com recurso a meios telemáticos.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2023” e n.º 46/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2023”.

As supramencionadas Propostas foram remetidas à Comissão Permanente de Política Geral, no dia 31 de outubro de 2022, com data limite para emissão de parecer sectorial e envio deste à Comissão de Economia até ao dia 7 de novembro de 2022.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro).

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio, na sua redação atual.



Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pela Resolução n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e pela Resolução n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, as matérias inframencionadas são competência da Comissão Permanente de Política Geral.

PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão Permanente de Política Geral a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Regional Anual e Orçamento da Região Autónoma dos Açores, ambos para o ano de 2023, nas seguintes matérias:

- Administração Pública, regional e local;
- Organização administrativa da Região;
- Ordem e segurança pública e proteção civil;
- Comunidades açorianas;
- Construção europeia, sem prejuízo da competência, em razão da matéria, de outras comissões;
- Tratados e Acordos internacionais;
- Habitação e equipamentos;
- Arrendamento urbano;
- Urbanismo;
- Prevenção e segurança rodoviária;
- Cooperação Regional
- Trabalho e formação profissional;
- Concertação social e mecanismos de resolução alternativa de conflitos.

O parecer sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional supra referenciadas fundamenta-se na análise dos correspondentes projetos/ ações que foram acompanhadas da devida audição dos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.



APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

A programação anual vertida neste documento estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do Governo Regional durante o ano de 2023.

A análise da presente proposta do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região, efetuada por esta Comissão Permanente, incidiu sobre a análise dos Projetos, Ações e correspondentes Programas e na audição dos Membros do Governo Regional que os tutelam.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2023.

Quadro

Plano Regional Anual para 2023

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão Permanente de Política Geral)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
1 – Coesão, transição digital e representação	18.075.000	18.075.000	
1.3 Coordenação da atividade governativa	450.000	450.000	
1.4 Relações com o atlântico e territórios de interesse estratégico para os Açores	264.000	264.000	
1.5 Os Açores no Espaço Europeu	178.500	178.500	



1.6 Recuperação dos efeitos da intempérie Lorenzo - infraestruturas e equipamentos municipais	200.000	200.000	
1.7 Cooperação com os Municípios	1.817.627	1.817.627	
1.8 Cooperação com as Freguesias	853.873	853.873	
1.9 Emigrado e Regressado	52.000	52.000	
1.10 Identidade cultural e Açorianidade	223.000	223.000	
1.11 Imigrado e Interculturalidade	46.000	46.000	
2 – Desenvolvimento social e inovação	59.610.581	59.610.581	
2.6 Promoção, Reabilitação e Renovação Habitacional	11.477.669	11.477.669	
2.7 Arrendamento acessível e cooperação			
2.8 Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica	429.255	429.255	



2.9 Recuperação dos efeitos da intempérie Lorenzo - habitações	18.299	18.299	
2.11 Cooperação institucional	175.000	175.000	
3 – Finanças, planeamento e empreendedorismo	117.872.937	117.435.187	
3.2 Qualificação e emprego público	187.000	187.000	
3.3 Modernização e Reestruturação da Administração Pública Regional	4.393.649	4.393.649	
3.4 Eficiência no Serviço Público	1.205.000	1.205.000	
5 – Saúde, Desporto e Proteção Civil	57.764.362	57.764.362	
5.14 Equipamentos e Comunicações	2.880.000	2.880.000	
5.15 Infraestruturas do SRPCBA	210.000	210.000	
5.16 Protocolos e Apoios	6.840.000	6.840.000	
5.17 Formação	247.000	247.000	
9 – Desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas	250.831.959	224.978.000	25.853.959



10 – Juventude, qualificação e estabilidade laboral	65.817.329	30.000.000	35.817.329
10.2 Qualificação			
Profissional e Emprego	63.585.079	27.767.750	35.817.329

DA AUDIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL:

O Senhor Vice-Presidente iniciou a sua intervenção fazendo um resumo das áreas que estão na alçada da Vice-Presidência e que se enquadram na Comissão de Política Geral.

Nesse sentido referiu que, no próximo ano, a Vice-Presidência do Governo terá um plano de investimentos na área da habitação que visa impulsionar as ações em curso, privilegiando o mecanismo de arrendamento com opção de compra, assim como manter uma política de habitação social que permita o acesso à habitação às famílias mais desfavorecidas.

Aludiu ainda que, apesar das dificuldades sentidas no mercado da construção civil na Região, decorrentes dos efeitos da inflação, o Governo dos Açores tentará avançar mais em 2023, cumprindo os compromissos plasmados no Programa do XIII Governo Regional e no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Contudo, antes de apresentar as linhas condutoras do plano da habitação para 2023, o Senhor Vice-Presidente apresentou um balanço dos resultados já alcançados na primeira metade da legislatura e comunicar o ponto de situação de ações em curso, nomeadamente:

- Os apoios concedidos na primeira metade da legislatura (até setembro de 2022) ultrapassaram os 27 M€ (27 662 410,57€), divididos pelos seguintes programas e cujas candidaturas foram deferidas:

Promoção de Habitação:

a. Construção de habitação – 482 971,20€;

b. Aquisição de Habitação (Particulares) – 135 607,89€;



- c. Operações Urbanísticas – 812 687,11€
- d. Operações de Inserção Social – 327 981,97€
- e. Infraestruturas de Trás-os-Mosteiros – 925 463,20€

Programa Famílias com Futuro, que prevê Habitação Social e Cooperação com as Autarquias (Contratos ARAAL):

- a. Aquisição/ Construção para Realojamento – 3 189 234,52€;
- b. Arrendamento /Subarrendamento – 2 936 898, 52€;
- c. Incentivo ao Arrendamento – 5 907 316,24€;
- d. Condomínios/Seguros – 720 001,16€
- e. Contratos ARAAL – 4 753 179,42€

Programa de Recuperação de Habitação Degradada, Reabilitação e Renovação Urbana:

- a. Térmitas – 418 961, 31€;
- b. Recuperação do Parque Habitacional da RAA – 2 080 864,14€;
- c. Programa Casa Habitada – Casa Renovada – 3 697 766,82€;
- d. Acordos de Protocolos com as Juntas de Freguesia e IPSS – 654 817,32€.
- e. Lorenzo – 53 387,82€
- f. Salvaguarda Zonas Risco – 214 172,85€
- g. Recuperação Bairro Aeroporto Santa Maria – 39 448,80€

Quanto às ações em curso, o Senhor Vice-Presidente destacou os apoios ao Incentivo ao Arrendamento que, em 2021, das 2104 candidaturas formalizadas, foram admitidas 1945 e referiu que os agregados jovens representam 32% do número total de candidaturas admitidas, o que demonstra a pertinência que este programa de apoio representa para esta franja da população. Por outro lado, os agregados monoparentais são também bastante significativos, no universo considerado, representando cerca de 33% do total. Em maio de 2022 foi aberto um



novo período para receção de candidaturas a este apoio, destinado ao Arrendamento Jovem tendo sido rececionadas 77 candidaturas, 66 das quais mereceram despacho favorável.

No programa Casa Renovada, Casa Habitada vertente do programa Renovar para Habitar, estão a decorrer os procedimentos de concretização dos apoios relativos aos processos autorizados na legislatura anterior, que permitirá melhorar as condições habitacionais de vários agregados, bem a instrução dos processos formalizados no ano em curso. Nestes inclui-se o apoio à desinfestação de imóveis afetadas com a praga de térmitas, bem como o apoio atribuído através de Acordos e Protocolos celebrados com Juntas de Freguesia e IPSS.

No âmbito dos Acordos e Protocolos, desde o início da atual legislatura foram celebrados diversos Acordos de Colaboração, entre a VPGR/DRH e as Juntas de Freguesia, e Protocolos de Cooperação com IPSS destinados a financiar a reabilitação de imóveis com afetação habitacional, que estando degradados, após reabilitados, permitiram o realojamento de famílias em situação de grave carência habitacional ao abrigo de contratos de arrendamento social. Com um investimento de cerca de 654 mil euros foram abrangidas, na beneficiação de imóveis habitacionais, 70 famílias. Nos contratos referidos anteriormente estão incluídos acordos e protocolos celebrados ao abrigo da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, que permitiram apoiar cerca de 56 famílias, com um investimento acima dos 167 mil euros.

O Senhor Vice-Presidente apresentou, em traços gerais, o plano de investimentos previstos para a habitação em 2023, referindo que:

No próximo ano, propomos um aumento global de perto de 538 mil euros no plano e destacamos a aposta no investimento do Parque Habitacional da RAA, seja pela reabilitação, seja pelo aumento de habitações a construir, aumentando, assim, a oferta de nova habitação disponível.

Afirmou que o Governo dos Açores não irá abdicar da responsabilidade social e, no que se refere aos apoios habitacionais, irá manter os diversos programas disponíveis, prevendo-se adaptá-los à atual conjuntura social, marcada pela inflação. A dotação total do plano ronda os 26 milhões de euros, estando previsto alocar, entre outros investimentos, nomeadamente:

- 229 mil euros à promoção e apoio à habitação própria e a custos controlados;
- 200 mil euros para promover e apoiar a Autoconstrução;



- perto de 5 milhões de euros para o Programa “Casa Renovada, Casa Habitada” e “Combate à Infestação de Têrmitas”;
- 4 milhões de euros direcionados ao incentivo ao arrendamento e cooperação;
- 292 mil euros para operações de inserção e reintegração social;
- 429 mil euros para conservação das instalações e equipamentos públicos.

Lembrou que o projeto “Arrendamento acessível e Cooperação”, ação 2.7, tem uma redução em cerca de 1,7 milhões de euros entre 2022 e 2023. Tal situação fica-se a dever à diminuição de verbas a transferir às Câmaras Municipais - Contratos ARAAL (-2 milhões de euros), uma vez que este Governo, em 2021 e 2022, regularizou os valores em dívida com os municípios, herdadas do anterior Executivo.

Recordou que, desde o início da presente legislatura, a Vice-Presidência do Governo já pagou o valor de 3,4 milhões de euros em encargos com os diversos contratos ARAAL celebrados com os municípios. Destes, 2,2 milhões de euros estavam em dívida quando este Governo iniciou funções.

O Senhor Vice-Presidente detalhou ainda que o reforço de verbas no projeto 2.6 “Promoção, Reabilitação e Renovação Habitacional”, que passa de 9 milhões de euros, em 2022, para 11 milhões, em 2023, referindo que este reforço de mais de 2 milhões de euros neste Projeto justifica-se com o início de empreitadas do PRR.

Deu o exemplo de no que se refere em específico à Ação 2.6.3 - “Reabilitação do parque habitacional da Região”, prevemos perto de 6 milhões de euros, sendo que mais de 4 milhões são financiados por fundos comunitários.

Em relação ao ano transato, são mais 4,3 milhões de euros que o Governo dos Açores irá investir nesta ação. Também a ação 2.7.2 – “Construção/arrendamento de fogos para arrendamento/subarrendamento apoiado”, com verba prevista de mais de 9 milhões de euros, terá mais 7 de milhões suportados pelo PRR e mencionou que a execução do PRR nos Açores tem sido desafiante.

Em matéria de Habitação, e com uma dotação de 60 milhões de euros, o objetivo é investir na melhoria das condições do parque de habitação pública dos Açores através da construção de



novos edifícios, energeticamente eficiente, e da renovação do parque existente, respeitando critérios de eficiência energética.

Em 2021, o Governo dos Açores concluiu a construção de 24 novas habitações na Terceira e a reabilitação de 40 imóveis em 4 bairros de São Miguel (Bretanha, Santa Cruz, Salga e Fajã de Baixo), mas quanto ao futuro, em virtude da guerra na Ucrânia, da escalada de preços, dos efeitos sociais da inflação e dos constrangimentos sentidos no mercado da construção civil, a execução das metas do PRR tem sido de difícil concretização. Logo à partida, é preciso assumir que o valor alocado para a componente de habitação prevista no PRR, 60 milhões de euros, não corresponde, de todo, às necessidades atuais. A Madeira tem previsto, no PRR, para a habitação, 136 milhões de euros.

Recordou a ausência de mão de obra qualificada para a execução dos projetos de arquitetura e especialidades de engenharia, a falta de mão de obra na construção civil ou os atrasos nos licenciamentos e outras decisões externas ao Governo, são outros constrangimentos a ter em conta na execução do PRR.

Quanto aos principais investimentos previstos para a Aerogare Civil das Lajes, em 2023, o Governo dos Açores prevê um investimento de 3,6 milhões de euros.

Afirmou que a Aerogare Civil das Lajes, uma das principais gateway's dos Açores, viveu durante o ano de 2022 um dos melhores anos de sempre, no que ao tráfego de passageiros diz respeito.

Em 2022, houve 7 ligações internacionais, das quais 2 foram inauguradas este ano, nomeadamente Nova Iorque e Montreal e nos meses julho e agosto, ultrapassou-se a barreira dos 100.000 passageiros/mês. Também ao nível do movimento de aeronaves, em comparação com o mês homólogo de 2019, em outubro de 2022 registou-se mais 855 movimentos de aeronaves.

Assim, considerando que as previsões para os próximos anos, à semelhança do esperado para toda a região, são de crescimento, urge requalificar, reestruturar e dotar esta infraestrutura de instrumentos e mecanismos que aperfeiçoem a sua operacionalidade, melhorando as condições de trabalho e tornando-a mais atrativa para os visitantes. Neste sentido, pretende o Governo, durante o próximo ano, adquirir uma nova Estação Meteorológica Automática orçada em cerca de 500 mil euros que irá dotar a Aerogare Civil das Lajes de um equipamento de última geração, certificado segundo as normas da Organização da Aviação Civil Internacional, e que irá permitir aferir “in loco” as condições meteorológicas.



A par disso, e considerando que o atual terminal de passageiros se encontra muito perto do seu limite de tráfego, conta o Governo dar passos seguros no desenvolvimento do projeto de ampliação da Aerogare Civil das Lajes e de reabilitação do antigo hangar da Navy.

A Deputada Vitória Pereira (PSD) questionou que relativamente à ação 2.6 “Promoção, reabilitação e renovação habitacional” o reforço plasmado no Plano para 2023 se inclui verbas necessárias para a execução de requalificação e renovação do parque habitacional previsto no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O Senhor Vice-Presidente respondeu referindo que os valores apresentados no plano para 2023 são previsões e que a sua execução dependerá de alguns fatores, nomeadamente dos aumentos de preços que temos vindo a verificar, em especial o preço da mão-de-obra que quase que duplicou desde o início da legislatura, mas que o Governo reforçou a verba em cerca de 4,3 milhões de euros já com essa intenção.

A Deputada Alexandre Manes (BE) questionou o ponto de situação em que se encontra os bairros Nascer do Sol e Beira Mar, uma vez que tem previsto uma verba de 300.000 € (trezentos mil euros) para o ano de 2023.

O Senhor Vice-Presidente respondeu afirmando que neste momento está a decorrer obras de reabilitação no bairro Beira Mar, concretamente em 24 apartamentos ali existentes e que foram encontrados num estado de grande degradação. Quanto ao bairro Nascer do Sol afirmou que o Governo anterior aceitou as casas deste bairro sem nenhuma condição e que neste momento existe a necessidade de resolver várias situações que estavam pendentes, entre elas o loteamento, alvará de loteamento e o licenciamento das casas, e que apenas após todo este processo terminar é que é possível avançar com a operação de loteamento e as obras de urbanização, alertando que todos estes processos são complexos e demorados. Recordou também que este processo só avançou com este Governo Regional e informou que o Governo tenciona lançar o concurso público para estas obras de reabilitação durante o segundo semestre do ano de 2023.

O Deputado Francisco Coelho (PS) questionou se o Governo dos Açores pretende continuar a diligenciar para aumentar a verba dedicada à habitação através de outros fundos, designadamente fundos comunitários. Quanto à Aerogare Civil das Lajes questionou se estão previstas obras para melhorar a operacionalidade daquela aerogare, uma vez que referiu num passado recente que havia problemas nas condições de operacionalidade.



O Senhor Vice-Presidente respondeu afirmando que o Governo dos Açores tem diligenciado e continuará a diligenciar para aumentar as verbas destinadas à habitação através de outros fundos, nomeadamente PO2030 e o PPR, e recordou que quando o Presidente da Estrutura de Missão do PRR visitou os Açores que o Governo Regional aludiu à necessidade dos Açores terem uma diferenciação positiva, quer ao nível de verbas, quer ao nível de prazos e também para a dispersão geográfica da Região. Referiu ainda que o Governo dos Açores irá evidenciar esforços, aliás como tem feito sempre até aqui. Quanto à questão colocada sobre a Aerogare Civil das Lajes respondeu que o edifício apresenta graves problemas da sua construção e que, por essa via, têm sido realizadas obras de melhoramento das condições de operacionalidade, suportadas pelo próprio empreiteiro, uma vez que o edifício ainda se encontra coberto pela garantia. Informou que foram realizadas intervenções no âmbito da cobertura do edifício, entre outros constrangimentos que têm sido corrigidos por este Governo Regional para que as condições de operacionalidade melhorem. Foram adquiridos ainda dois contentores de frio para que se conseguisse aumentar a capacidade de frio porque anteriormente era insuficiente para as necessidades. Recordou que aquele espaço foi exíguo e pequeno para todo o trabalho e capacidade que um terminal de carga exige e informou que o Governo dos Açores estará disponível para corrigir e mitigar qualquer constrangimento que seja necessário ultrapassar.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS:

A Senhora Secretária, Dra. Berta Cabral, iniciou a sua intervenção referindo que em virtude da atual orgânica do Governo dos Açores e por via da concentração das obras públicas num único departamento, a Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas apresenta uma proposta de investimento para 2023 de 250,8 milhões de euros.

Constatou que este representa cerca de 1/3 do total do Plano Anual Regional, distribuídos por 167 ações, algumas das quais ainda passíveis de desagregação em várias subações ou intervenções mais pontuais, abarcando uma atuação transversal à generalidade dos setores económicos e sociais da Região.

Ao nível das Obras Públicas, o plano de investimento prevê 87,7 milhões de euros, dos quais 36,1 milhões de euros são destinados à construção ou à reabilitação de estradas regionais. A estes devem ser somados 3 milhões de euros a aplicar em investimento no sistema de transportes terrestres e segurança rodoviária, contemplando um reforço de ações veiculadas



pela Direção Regional da Mobilidade para a prevenção rodoviária e para o transporte regular coletivo de passageiros em várias ilhas.

A Senhora Secretária realçou, ainda, que existem 14,8 milhões de euros adstritos à criação e beneficiação de circuitos logísticos em 7 das 9 ilhas dos Açores, através da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), parcela esta que se reveste de importância crítica para a melhoria da circulação nas nossas vias rodoviárias e para a mobilidade terrestre, garantindo condições de segurança, acessibilidade e eficiência aos seus utilizadores.

Reforçou que estas são obras que representam intervenções estruturais com perspetiva de futuro, com o intuito de potenciar o crescimento económico e o desenvolvimento social, de forma sustentada, e contribuir para o reforço da coesão interna das nossas ilhas.

Ainda no âmbito das obras públicas, dado o âmbito abrangente desta Comissão Especializada e considerando as suas competências ao nível de infraestruturas e equipamentos, referiu que está previsto um investimento superior a 10 milhões de euros em construções escolares, materializando o compromisso deste Governo com o sucesso educativo nos Açores.

Indicou que o Governo dos Açores propõe com este Plano de investimentos a alocação de 4,5 milhões de euros em infraestruturas de Saúde; 1,2 milhões em infraestruturas de apoio às pescas; 1,2 milhões de euros em património cultural; e 1,2 milhões de euros em equipamentos de qualificação profissional, entre outras intervenções setoriais.

Não obstante, adiantou que o Governo tem noção que atravessamos um momento particularmente delicado e significativamente desafiante, sentindo, ainda, ondas de choque da pandemia de COVID-19, bem como os efeitos da guerra na Ucrânia, da crise energética, da pressão inflacionista e da falta de mão-de-obra. É um cenário de elevada exigência para o investimento em obras públicas e para a intervenção em equipamentos e infraestruturas fundamentais ao nosso modo de vida, como são as vias terrestres.

Lembrou que, em 2022, isto representou concursos desertos, aumentos exponenciais nos preços e constrangimentos na execução operacional de várias intervenções.

Por tudo isto, a componente do investimento público a realizar através da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas é demonstrativa, sobretudo, do sentido de responsabilidade; da procura pela otimização na aplicação de recursos; e do pragmatismo e realismo que a gestão dos bens públicos exige e que a atual conjuntura não dispensa.



Neste momento particularmente desafiante para o status quo da sociedade ocidental, é fundamental assegurar que há coerência entre o proposto e o executado, capitalizando as oportunidades de alavancagem do novo Programa Operacional 2030 e garantindo uma alocação de recursos – cada vez mais valiosos e escassos – de forma racional em cada uma das intervenções propostas.

É com este sentido de responsabilidade e com um plano de investimentos seletivo, mas audaz no aproveitamento das oportunidades existentes, que procuramos contribuir estruturalmente para a melhoria das condições de vida, do progresso social e do desenvolvimento económico da Região.

O Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) questionou sobre a materialização do projeto do Núcleo das Comunicações do Museu da Horta, uma vez que no Plano par 2023 tem uma ação para a conclusão do projeto e lançamento da empreitada.

A Senhora Secretária Regional respondeu afirmando que o Governo dos Açores estima que o projeto fique concluído no primeiro semestre de 2023, com um investimento de cerca de 200 mil euros e que a empreitada será um investimento plurianual da ordem dos 4 milhões de euros.

A Deputada Alexandra Manes (BE) questionou que metas tem o Governo dos Açores para o ano de 2023 relativas aos circuitos logísticos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e a razão da exclusão das ilhas das Flores e do Corvo desses circuitos logísticos. Questionou ainda para quando será lançado o concurso para a 2ª fase da via Furnas/Povoação.

A Senhora Secretária Regional respondeu que estão previstos 14,8 milhões de euros para os dez circuitos logísticos em execução do PRR para 2023 e que as metas estabelecidas e os valores para cada uma destas ações são as seguintes:

- Ilha São Miguel, com um investimento de 7 milhões de euros:
 - Circuito de São Roque - em fase de conclusão;
 - Variante ao Portal do Vento - será consignada durante o mês de novembro;
 - Empreitada das Capelas - conclusão do projeto no 1º trimestre de 2023;
- Ilha de Santa Maria, com um investimento de 1,4 milhões de euros:
 - Variante à Vila do Porto;
- Ilha Terceira, com um investimento de 400 mil euros:
 - Prolongamento e ligação da Vitorino Nemésio ao centro da ilha Terceira - conclusão do projeto em janeiro de 2023;



- Ilha Graciosa, com um investimento de 500 mil euros:
 - Transversal na ilha Graciosa - lançamento do concurso para a empreitada até ao final do ano de 2022 e execução ao longo do ano de 2023;
- Ilha de São Jorge, com um investimento de 1 milhão de euros:
 - Transversal na ilha - lançamento do concurso para a empreitada no 1º trimestre de 2023;
- Ilha do Pico, com um investimento de 1,5 milhões de euros:
 - Circular à Vila da Madalena - lançamento do concurso para a empreitada até ao final do ano de 2022;
- Ilha do Faial, com um investimento de 3 milhões de euros:
 - Segunda fase da variante da cidade da Horta - lançamento do concurso para a empreitada até ao final de 2022;

A Senhora Secretária Regional referiu ainda que os prazos apresentados são apenas previsões e que, por vezes, existem outras condicionantes que fazem com que as previsões se alterem e deu o exemplo das expropriações que muitas vezes demoram mais do que previsto.

Quanto ao facto de as ilhas das Flores e do Corvo ficarem excluídas destes circuitos logísticos, a Senhora Secretária referiu que se tratou de uma decisão de prioridades objetivas e considerando as necessidades efetivas de cada uma das ilhas. Lembrou que as ilhas das Flores e do Corvo tem a decorrer outros investimentos significativos, nomeadamente a construção do Porto das Lajes das Flores.

A Senhora Secretária referiu ainda que não existe prazo para o lançamento do concurso para a 2ª fase da via Furnas/Povoação por ainda não haver projeto e, portanto, o Governo dos Açores está a decidir e a estudar as melhores soluções/hipóteses para avançar com o lançamento da elaboração do projeto.

A Deputada Isabel Teixeira (PS) questionou a razão para a diminuição de verbas destinadas à ação 9.32.23 - Estabilização da zona adjacente ao quartel dos bombeiros da Calheta de São Jorge, uma vez que estão previstos para 2023 apenas 15 mil euros, quando em 2022 estavam cerca de 104.400 € que não foram executados.

A Senhora Secretária Regional respondeu que no ano de 2022 foram adjudicados os levantamentos topo-hidrográficos e foram concluídos os estudos geológico e geotécnico. Mencionou ainda que já houve um grande investimento feito durante o ano de 2022 e que a verba prevista para o ano de 2023 será para permitir a contratação do projeto de execução.



DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA JUVENTUDE, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO:

A Senhora Secretária Regional iniciou a sua intervenção referindo que a Proposta de Plano e Orçamento para o ano de 2023 na área da qualificação profissional e emprego, tem um investimento previsto de 63.585.079 €, dos quais 27.767.750 € são afetos pelo ORAA.

A Senhora Secretária referiu também que se assiste a uma redução da dotação total afeta à área da qualificação profissional e emprego face o ano anterior, que se deve em parte à revogação dos programas inseridos nas medidas COVID que tiveram um forte impacto orçamental nos anos de 2020, 2021 e ainda em 2022.

Disse que após uma primeira fase em que o investimento do Governo Regional esteve orientado para a manutenção dos postos de trabalho, como resposta aos efeitos do combate à pandemia; seguiu-se já na fase menos aguda da COVID-19, o apoio à criação de postos de trabalho, com vínculo laboral estável, como forma de estimular a recuperação económica, levando a que o desemprego registado no Centro de Qualificação e Emprego (CQE) tenha vindo a baixar de forma constante durante todo este ano, atingindo mínimos históricos durante este verão, apenas comparável ao ano de 2012, ano em que se considerava que a Região estava em pleno emprego.

Informou que em setembro de 2022, estavam inscritos no CQE 5600 desempregados e que no período de outubro de 2020 a setembro de 2022, o desemprego registado diminuiu 19,4%, tendo esta diminuição um impacto maior no desemprego dos mais jovens, ou seja, em setembro de 2022 existiam menos 39,6% de jovens com menos de 25 anos inscritos no CQE e menos 31% de desempregados com 25 a 34 anos inscritos no CQE.

Mencionou ainda que nesse mesmo período, verificou-se uma redução de 27,7% dos desempregados inscritos há menos de 1 ano. Ora, num quadro de redução de desemprego e do aumento de ofertas de emprego, a verdade é que continua a existir desempregados que ainda não conseguiram beneficiar das medidas de apoio à contratação, porque o mercado de trabalho não validou essas competências.

Assim, afirmou a Senhora Secretária que estamos perante um novo paradigma de desemprego nos Açores, que nos motiva ao reajustamento das verbas afetas às medidas de emprego para a qualificação e reconversão, não descurando os estágios profissionais que constituem efetivas portas de entrada para o mercado de trabalho e que, tendo sido recentemente melhorados (em



termos de valores da bolsa atribuída, criação do Estagiar +, alargamento dos prazos de candidatura), implica uma dotação superior face ao ano 2022.

Assim, estamos perante um Plano que permite dar resposta aos desafios que antecipamos para o próximo ano; que mantém o investimento público da Região dos últimos dois anos; (se retiramos o valor executado em medidas COVID – no último ano foram executados mais de 4 milhões e no ano 2021 mais de 30 milhões) e que está projetado para um ano em que só se prevê os reembolsos dos fundos comunitários para o final desse mesmo ano.

A Senhora Secretária Regional disse ainda tratar-se de um plano e orçamento realista, de endividamento zero e que assegura as condições materiais para a valorização dos açorianos, por via da criação e manutenção de postos de trabalho, por um lado, e pela qualificação, por outro.

Assim sendo, o plano de investimentos proposto operacionaliza as grandes opções das Orientações de Médio Prazo em consonância com o preconizado no Programa do XIII Governo dos Açores que têm como grandes objetivos sectoriais:

- Reforçar a qualificação profissional;
- Aumentar os níveis de empregabilidade;
- Fomentar a estabilidade contratual;
- Reduzir os níveis de precariedade laboral;
- Atender aos grupos sociais mais vulneráveis e aos desempregados de longa duração, para promover a sua integração no mercado de trabalho.

Neste sentido, o Plano reflete uma política de reajustamento e criação de novas ações que melhor respondam aos desafios da empregabilidade dos Açorianos, colocando o foco no reforço das qualificações dos desempregados mais fragilizados, dotando-os de competências procuradas pelo mercado de trabalho, através de medidas combinadas de formação e experiência profissional, para que possam ser reconvertidos para os setores onde existe oferta de emprego.

Afirmou ainda que o objetivo primordial do Governo dos Açores é formar para empregar. Por isso, adiantou que o Governo está em fase de implementação do Gabinete de Orientação



Vocacional e Profissional (GOVP), que será uma resposta para os jovens NEET, desempregados de longa duração e desempregados mais vulneráveis, na medida em que se pretende em primeira instância, acolher, diagnosticar, categorizar e trabalhar os perfis desses desempregados, envolvendo-os no seu processo de (re)integração no mercado de trabalho, e na definição das etapas desse percurso.

Este projeto tem o seu início no CQE, em Ponta Delgada, seguindo-se a sua abertura em Angra do Heroísmo e na Horta.

Trata-se de um novo instrumento que irá permitir uma atuação personalizada na resolução do problema individual de desemprego, numa ótica de acompanhamento ao desempregado, onde será elaborado um plano pessoal de emprego (PPE), traduzindo-se num itinerário previsível para a melhoria do perfil de empregabilidade, definindo as etapas necessárias e facilitadoras à sua (re)integração no mercado de trabalho, que inclui a componente formativa.

Importa ainda referir que a intervenção deste Gabinete pressupõe uma rede alargada de parceiros, desde entidades públicas, associações e organizações da sociedade civil, cuja composição já está a ser articulada por esta Secretaria e sobre a qual será dada nota pública em breve.

A verdade é que, com a criação deste Gabinete pretende-se que nenhum açoriano desempregado fique sem qualquer resposta na área do emprego!

No que respeita à qualificação e requalificação da população ativa, serão maximizados os apoios disponibilizados no PRR, seja pela concretização de um plano de formação abrangente, onde se oferece Cursos Técnicos Superiores Profissionais, apoios à frequência de licenciaturas para maiores de 23 anos e cursos de pós-graduação, seja pela medida recentemente aprovada em Conselho de Governo Qualifica.In, que se destina à criação de cursos de formação feita "à medida" das especificidades inerentes a cada setor de atividade económica, de forma a qualificar os seus recursos humanos, no caso dos empregados, e reconverter os desempregados para os sectores onde existe falta de mão de obra.

Essa medida estará em execução em simultâneo com a Form.Açores, que já vai na sua 2ª edição, desta feita direcionada para os ativos empregados e que é mais um exemplo do investimento do Governo dos Açores na valorização dos trabalhadores e no reforço da produtividade e competitividade das empresas.



Para terminar, reiterou que este plano e orçamento que reflete ambição, vontade política e compromisso.

A Deputada Alexandra Manes (BE) questionou se o Governo dos Açores pretende criar alguma medida ou programa, por forma a minimizar a conclusão do Programa Jovem Pro que o Governo decidiu não dar continuidade.

A Senhora Secretária Regional respondeu que usufruíram deste programa até 31 de agosto de 2022 um total de 607 jovens, sendo que deste cerca de 418 ficaram empregados após a frequência deste estágio, ou seja, são 73% de jovens que frequentaram este programa e que ficaram empregados no seu final. Informou ainda que este programa foi criado por forma a dar uma resposta pós pandemia aos mais jovens e que o desemprego jovem tem apresentado uma tendência decrescente ao longo dos últimos meses, tendo apresentado mínimos históricos em setembro de 2022, onde estavam desempregados 729 jovens, ou seja, menos 16% quando comparado com o mesmo mês de 2021 e menos 22% quando comparado com o mês de setembro de 2019 o que atesta as medidas de apoio criadas por este Governo Regional, desde logo os programas de incentivo à contratação, nomeadamente os programas Contratar.

Seguidamente o Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) questionou se o Governo dos Açores pretende aumentar as qualificações não só dos desempregados, mas também dos empregados, independentemente de estarem a frequentar algum programa ocupacional, uma vez que é com a qualificação e com a empregabilidade de cada um que se consegue aumentar a produtividade e assim almejar novos patamares profissionais.

A Senhora Secretária Regional respondeu que o XIII Governo Regional dos Açores pretende aumentar, tal como tem vindo a fazer nos últimos anos, a componente formativa de cada um, em especial os desempregados mais vulneráveis, nomeadamente os mais jovens. Informou ainda que até ao momento cerca de 915 jovens fossem contratados com os programas de incentivo à contratação, o Contratar, o que é um resultado bastante significativo e positivo da política alcançada em não querer perpetuar os jovens em programas de estágio por vários anos sem qualquer perspetiva de futuro. Enalteceu ainda que no que diz respeito ao incremento da formação de ativos, a Senhora Secretária Regional referiu que existem duas grandes medidas de formação, nomeadamente Qualifica.In e o FormAçores.

O Deputado Francisco Coelho (PS) questionou qual a percentagem de trabalhadores que têm o grau de licenciatura no sector privado, qual a percentagem de trabalhadores do sector



empresarial regional que recebem apenas o salário mínimo e o que pretende o Governo Regional implementar para encorajar a contratação coletiva de forma mais célere e mais eficaz na Região.

A Senhora Secretária Regional respondeu que o Governo dos Açores não possui informação da percentagem de trabalhadores do privado com o salário mínimo ou com o ensino superior, uma vez que os privados não entreguem essa informação ao Governo. Quanto ao encorajamento à contratação coletiva, a Senhora Secretária Regional respondeu que essa negociação também tem de partir dos sindicatos que representam os trabalhadores e que não podem estar sempre à espera que seja o Governo a encetar todos os esforços, apesar de este Governo ter vinda a fazer todos os esforços nesse sentido.

A Deputada Sabrina Furtado (PSD) questionou existe alguma previsão de o Governo dos Açores criar algum tipo de formação específica para todos aqueles que ficam de fora das oportunidades de emprego, uma vez que muitas empresas têm mencionado que não encontram mão de obra qualificada para as necessidades existentes em que a Senhora Secretária respondeu que o Governo dos Açores implementou, desde o início da legislatura, uma estratégia de formação mais abrangente, mas ao mesmo tempo que possa ir ao encontro das necessidades das empresas e dos empresários. Informou que o Governo irá implementar, tal como anunciou em primeira mão, a criação de um gabinete de orientação vocacional e profissional, sendo que o objetivo deste gabinete é, precisamente, orientar e vocacionar, em termos profissionais, cada um dos desempregados para a sua área e que será um instrumento para realizar um diagnóstico do perfil mais adequado às necessidades do mercado.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE E DESPORTO:

O Senhor Secretário Regional, Dr. Clélio Meneses, iniciou a sua intervenção referindo que o investimento previsto para a área da proteção civil é de 10,2 milhões de euros, o que significa um aumento de 7% relativamente ao plano de 2022. Referiu também que há o incremento de verbas em alguns projetos, nomeadamente nos equipamentos e comunicações, com um aumento de 26% e com investimento previsto de 2.880.000 € e em viaturas de emergência, com investimento de 700.000 € e viaturas do corpo de bombeiros com 1.450.000 €.



No que diz respeito à construção de infraestruturas está previsto o início do processo relativamente aos quartéis do Nordeste e de Vila Franca do Campo, uma vez que ficaram concluídos os processos de construção dos quartéis de bombeiros da Povoação e do Faial.

Disse ainda que em relação aos Protocolos e Apoios existe um aumento de 8.3% estando previsto um investimento de 6.840.000 €, onde o mais significativo e prioritário é o apoio aos transportes terrestres de emergência. Esta é uma área que tem merecido a intervenção de vários agentes políticos e das próprias associações e corpos de bombeiros fazendo que, desde 2020, houvesse um aumento de 33% relativamente ao apoio aos transportes terrestres de emergência, representando cerca de 1,4 milhões de euros.

Quanto à Formação, o Senhor Secretário Regional mencionou que existe um aumento de 53% em comparação com a verba no ano de 2022, o que representa o esforço do Governo dos Açores de ir ao encontro das preocupações das associações e corpos de bombeiros.

DA AUDIÇÃO DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA:

O Senhor Subsecretário Regional da Presidência, Dr. Pedro Faria e Castro, iniciou a sua intervenção fazendo um resumo das áreas que estão na sua alçada e que se enquadram na Comissão de Política Geral, nomeadamente a Cooperação com o Poder Local, Comunidades Açorianas e Assuntos Europeus e Cooperação Externa.

Nesse sentido referiu que, no próximo ano, o Governo Regional terá um plano de investimentos na área da Cooperação com o Poder Local com uma verba de 2.871.500 € que pretende assegurar mecanismos de coordenação e cooperação técnico financeira que garantam no ano de 2023 o cumprimento dos requisitos da transparência, da objetividade, previsibilidade e da equidade. Pretende também conceder, no quadro regulamentar de enquadramentos da cooperação técnico financeira com as juntas de freguesia e as associações de freguesias dos Açores, que cumprem integralmente os requisitos determinados no programa do XIII Governo dos Açores.

Disse ainda que o Governo dos Açores pretende elaborar propostas de atualização do regime de cooperação técnico financeira, no âmbito dos contratos ARAAL; prosseguir a regularização da transferência para os municípios da Região da participação na receita do IRS relativo aos anos de 2009 e 2010; definir critérios para a regularização da participação dos municípios da Região



Autónoma dos Açores na receita do IVA, nos termos previstos no regime financeiro das autarquias locais; implementar uma plataforma informática de apoio técnico às freguesias, nomeadamente nas candidaturas a serem apresentadas no âmbito do novo regime de apoio técnico financeiro; dar continuidade à realização de ações de informação e formação para autarcas e acompanhar e disponibilizar todos os meios necessários junto dos municípios dos Açores na revisão dos respetivos Planos Diretores Municipais. Todos estes objetivos estão inseridos em projetos no âmbito da cooperação com os municípios com um valor previsto de 1.817.627 € e com as freguesias com um valor previsto de 853.873 €.

Em relação à área das Comunidades onde está inserido também questões com a emigração e imigração e onde assenta em três projetos fundamentais, nomeadamente:

- Emigrado e Regressado - visa apoiar projetos a desenvolver formas de cooperação com entidades, instituições, organizações e associações que tem por objetivo a integração plena dos imigrantes nas sociedades de acolhimentos e que contempla uma verba de 52 mil euros;
- Identidade Cultural e Açorianidade - assenta na relação da promoção da própria preservação e identidade cultural das comunidades e da sua ligação aos Açores, nomeadamente, o funcionamento da Rede Mundial das Casas dos Açores, bem como o funcionamento dos órgãos representativos da diáspora, como o Conselho da diáspora Açoriana e o Conselho Mundial da Casa dos Açores e que conta com uma verba prevista de 223 mil euros;
- Imigrado e Interculturalidade - pretende promover a integração das comunidades imigradas nos Açores e também interculturalidade, mediante a realização e apoio de projetos nessa área e protocolar com as associações que têm trabalhado junto das comunidades de imigrantes, bem como a lecionação de cursos de português para falantes de outras línguas e que prevê uma verba de 46 mil €.

O Senhor Subsecretário Regional apresentou ainda as linhas gerais para a área dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa referindo que esta é uma área de extrema importância para o Governo dos Açores por se tratar da necessidade de assegurar uma ligação com os parceiros internacionais e com o Estado Português. Explicou que existem dois capítulos, um primeiro capítulo intitulado Relações com o Atlântico e territórios de interesse estratégico para os Açores, que contem programas de cooperação inter-regional, que são financiados pela União Europeia e com dotação orçamental elevada, que representam um fator importante para os Açores



porque significa a perspetiva que a União Europeia olha para os Açores e para as outras regiões ultraperiféricas, nomeadamente o programa HEXAGONE e o INTEGRA.

Referiu também que estes projetos são fundamentais e importantes não só para o desenvolvimento da nossa cooperação com essas regiões e com aquilo que pudermos também beneficiar dessa cooperação, mas também pela forma como a própria União Europeia olha para as regiões ultraperiféricas e também no nosso caso em concreto para a Região Autónoma dos Açores.

O Senhor Subsecretário lembrou ainda que os Açores têm um gabinete de representação em Bruxelas, que é o principal representante junto das instituições da União Europeia. Este gabinete é constituído por um coordenador que faz a articulação com as políticas da União Europeia com o Governo dos Açores.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

O Secretário Regional, Dr. Duarte Freitas, iniciou a sua intervenção referindo que:

- O XIII Governo Regional prossegue uma política de valorização das condições remuneratórias dos trabalhadores da administração pública regional dos Açores, através do aumento de 5% da remuneração complementar, abrangendo cerca de 9000 trabalhadores e que acresce ao aumento significativo de 12,5% registado em 2022;
- Também, prossegue a política de valorização das habilitações literárias e profissionais dos trabalhadores, através dos processos de mobilidades intercarreiras e intercategorias, até 5% do total de trabalhadores da administração pública regional (desde que iniciamos, em junho, o processo das mobilidades intercarreiras, já foram autorizadas 21 mobilidades);
- Continua a diminuição da precariedade do vínculo de emprego dos trabalhadores, recorrendo cada vez menos aos programas socio profissionais (atualmente são 671 quando em janeiro de 2022 eram 1365) para suprir necessidades permanentes dos serviços e promovendo a admissão de trabalhadores através da abertura de procedimentos concursais, em áreas consideradas cruciais para o bom desempenho dos serviços públicos (educação com recrutamento de 224 assistentes operacionais para a educação, e saúde com 74 assistentes operacionais, 49 enfermeiros e 31 médicos);



- Mantém-se a utilização do instrumento das Pré-reformas para rejuvenescer os quadros e racionalizar os efetivos (desde o início do ano foram autorizados 35 processo de pré-reforma, sendo que, destes, 23 foram já depois do despacho do SRFAP de junho passado, tendo atualmente a APR 2.601 trabalhadores com 60 ou mais anos elegíveis para os processos de pré-reforma);

O Senhor Secretário Regional mencionou ainda que, desde o início da legislatura, foram abertas 1247 vagas, sendo 523 para assistentes operacionais; 241 técnicos superiores; 131 assistentes técnicos; 67 enfermeiros, e estima-se que, em 2023, entrem para a reforma cerca de 379 trabalhadores.

Por outro lado, informou que o Governo dos Açores continuará a dar o apoio necessário para as despesas de funcionamento dos serviços sociais dos trabalhadores (AFARIT e COOPDELGA).

Quanto à formação profissional, mencionou que o Centro de Formação da Administração Pública dos Açores (CEFAPA) reforçará a sua oferta formativa em áreas relacionadas com as temáticas da implementação de novos modelos de comportamento, de liderança e de comunicação interpessoal, com a célere evolução das tecnologias de informação (TIC), bem como em áreas em que a entrada em vigor de novas medidas legislativas torna indispensável habilitar os trabalhadores de conhecimentos e competências cabais.

O Senhor Secretário Regional disse ainda que iniciar-se-á a implementação e operacionalização do Sistema Integrado de Gestão de Proteção de Dados do Governo Regional dos Açores que visa adequar a gestão dos processos de prestação de serviços, da administração pública regional, ao cumprimento do regulamento.

Quanto à transparência e prevenção de riscos de corrupção (Artigos 43.º a 45.º da proposta do ORAA/2023) afirmou que serão implementadas medidas de prevenção de riscos de corrupção na Administração Pública Regional, promovendo a criação de instrumentos de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, que incluía, nomeadamente:

- Um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR);
- Um Código de Conduta;
- Um Programa de Formação;
- Um Canal de Denúncias.



Na sua intervenção, o Senhor Secretário Regional, informou também que o Governo pretende reativar o Conselho Consultivo da Administração Pública Regional, tal como está plasmado no seu Programa de Governo, e depois de ter consultados os Sindicatos representativos dos trabalhadores da Administração Pública Regional e de ter recebido os seus contributos valiosos nesta matéria.

A terminar, reforçou que tal como também está previsto no Programa do Governo, será apresentada à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores proposta de revisão do Decreto Legislativo Regional que adapta à Região o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Local e Regional do Estado, com o objetivo de instituir na Região a CRESAPA, que permitirá assegurar, com maior transparência, rigor e isenção, o processo de seleção dos dirigentes da Administração Pública Regional.

A Deputada Alexandra Manes (BE) questionou se o Governo dos Açores prevê abrir concursos para a integração de profissionais para a área da Cultura, uma vez que os concursos que estão a decorrer são em regime de mobilidade e que, segundo informação que tem, existem muitos trabalhadores em regime de prestação de serviços, ou seja, a recibos verdes, que estão a terminar no final deste ano de 2022 sem qualquer previsibilidade e que poderão ser dispensados quando estiverem todos estes anos a desempenhar funções de carácter permanente e que poderão ser substituídos por pessoas que concorrem por mobilidade de outros setores e departamentos governamentais.

O Senhor Secretário Regional respondeu que o XIII Governo Regional dos Açores tem feito um esforço adicional no combate à precariedade e na efetivação de que quando houver necessidades permanentes estas devem ser colmatadas com contratos de trabalho efetivo, ou invés de se usar prestações de serviços ou programas ocupacionais para satisfazer essas necessidades. No entanto, referiu que para satisfazer essas necessidades é preciso seguir as regras e leis atualmente em vigor para a contratação pública, neste caso a abertura de concurso por mobilidade e só depois se não houver qualquer candidato, a abertura de concursos para integração de novos trabalhadores, aliás como tem sido feito durante esta legislatura.

Disse ainda que o Governo prevê a abertura de novos concursos, aliás como foi possível verificar no ano de 2022 nas áreas da saúde e da educação onde se abriu concursos conforme as necessidades e essas pessoas poderão aceder a esses concursos.



O Deputado Francisco Coelho (PS) questionou se o Governo encara a possibilidade de o orçamento vir a consagrar a cobertura de situações de trabalhadores em regime de prestação de serviços que estejam na iminência de serem excluídos, por forma a corrigir essas injustiças e iniciarem processos de regularização especial na administração pública, tal como aconteceu no passado. Lembrou que estes trabalhadores prestaram e continuam a prestar um serviço público de qualidade, cumprindo com o seu horário e com a obediência, obviamente, à direção dos serviços e que existe um conjunto de pessoas que, por diversas razões, corre o risco de serem dispensados sem qualquer justiça.

O Senhor Secretário Regional respondeu que o Governo Regional tem vindo a trabalhar em soluções que minimizem estas situações e apresentou o exemplo de abertura de concursos desde o início da legislatura em que são evidentes na demonstração de que pretendemos regularizar situações menos corretas dentro da administração pública. No entanto informou que a regularização extraordinária não está prevista neste orçamento.

SINTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer de abstenção com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer positivo, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP emitiu parecer positivo, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do BE emitiu parecer de abstenção com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PPM emitiu parecer positivo, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.



CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão Permanente de Política Geral deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD, CDS-PP e PPM e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e BE, emitir **parecer favorável**, à **Proposta Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2023”**;
- 2) Com os votos a favor do PSD, CDS-PP e PPM e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e BE, emitir **parecer favorável**, à **Proposta Decreto Legislativo Regional n.º 46/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2023”**.

Conforme despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o presente Relatório Sectorial será remetido à Comissão de Economia.

Ponta Delgada, 7 de novembro de 2022

O Relator

Flávio Soares

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente

Elisa Sousa